

Discursos antivacinas no Brasil: em que medida as declarações políticas afetam a adesão populacional à cobertura vacinal?¹

Samuel de Melo Barbosa² |

Resumo

Em que medida o discurso antivacina afetou a cobertura vacinal? A hipótese a ser testada é a de que há uma correlação negativa entre o discurso antivacina e o comportamento dos eleitores alinhados com o Governo Federal na adesão à cobertura vacinal. O presente trabalho busca revisar a estratégia simbólica de atores políticos a fim de observar de que modo a cobertura vacinal foi impactada por tal estratégia. Para isso, será utilizado a técnica de análise de conteúdo para mensurar os discursos antivacina em mensagens oficiais do Executivo. Também se propõe uma análise descritiva para a mensuração dos votos válidos que garantiram a eleição do Presidente da República em 2018 e para a disputa eleitoral de 2022. O estudo de caso em Pernambuco permite testar a correlação entre a cobertura vacinal e o apoio eleitoral. É possível concluir que as falas e pronunciamentos de Bolsonaro endossavam uma retórica nacionalista, antivacina e anticiência. Os achados indicam que o apoio eleitoral a Bolsonaro implica numa redução da cobertura vacinal. O presente trabalho contribui para o estudo sobre o mapeamento da cobertura vacinal e sua relação com variáveis políticas. Além da relevância do tema, a proposta contribui para a teoria das políticas públicas e para a prática, identificando fatores associados à queda da cobertura vacinal nos municípios de Pernambuco.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desmantelamento; Discursos Políticos; Hesitação Vacinal.

¹ Agradeço a professora Mariana Batista pelas orientações e sugestões e aos demais colegas do departamento. Ressalto que essa pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica 05/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

² Graduando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail para contato: samuelbmelo1@gmail.com

Abstract

To what extent has the anti-vaccination discourse affected vaccine coverage? The hypothesis to be tested is that there is a negative relationship between the anti-vaccine discourse and the behavior of voters aligned with the federal government in adhering to vaccination coverage. The present work seeks to review the symbolic strategy of political actors to observe how vaccination coverage was impacted by such a strategy. For this, the content analysis technique will be used to measure anti-vaccine discourses in official messages from the Executive. A descriptive analysis is also proposed to measure the valid votes that guaranteed the election of the President of the Republic in 2018 and for the 2022 electoral dispute. The case study in Pernambuco, allows testing the relationship between vaccination coverage and electoral support. It is possible to conclude that Bolsonaro's speeches and pronouncements endorsed a nationalist, anti-vaccine, and anti-science rhetoric. The results indicate that electoral support for Bolsonaro implies a reduction in vaccination coverage. The present work contributes to the study of the mapping of vaccination coverage and its relationship with political variables. In addition to the relevance of the theme, the proposal contributes to the theory of public policies and to practice, identifying factors associated with the drop in vaccination coverage in the municipalities of Pernambuco.

Keywords: Public policy; Dismantling; Political Narrative; Vaccine Hesitation.

1. Introdução

A política de saúde é uma preocupação elementar da sociedade e de políticos que buscam a representação democrática nas arenas decisórias (Legislativo e Executivo). Ao longo do tempo o Brasil conseguiu se consolidar como um país que universalizou políticas de saúde, a partir da criação do Sistema Único de Saúde. Dentre essas iniciativas, destaca-se a política de vacinação desenvolvida pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), responsável por orientar e executar ações voltadas para a imunização da população. O PNI, por meio do sistema federalista, foi ampliado para os Estados e Municípios, conseguindo alcançar excelentes resultados nas campanhas de vacinação, sendo possível erradicar o sarampo e a poliomielite no território brasileiro.

Porém, nos últimos anos algumas doenças voltaram ao cenário crítico em relação ao risco de saúde. A reintrodução da poliomielite, rubéola e a difteria como uma ameaça à saúde da população é iminente, como aponta a Agência do Brasil (2023). Isso é ainda agravado pela baixa adesão populacional à cobertura vacinal. Segundo a UNICEF, 3 a cada 10 crianças brasileiras não estão protegidas por vacinas que diminuem o risco de doenças fatais. Uma explicação da organização para essa constatação é que o número de cobertura para a vacina da Tríplice Viral alcançou 71,49% do público-alvo em 2021, quando em 2019 estava em uma cobertura de 93,1%, revelando uma queda na vacinação infantil desde o ano de 2015. (UNICEF, 2023)

Assim, vê-se uma questão em aberto para a discussão de políticas públicas voltadas para a vacinação: em que medida as declarações políticas afetam a adesão populacional à cobertura vacinal em Pernambuco? A hipótese a ser testada é a de que há uma correlação negativa entre o discurso antivacina e o comportamento dos eleitores alinhados com o Governo Federal na adesão à cobertura vacinal. Diante do exposto, o projeto traz contribuição para a teoria das políticas públicas e para a prática, identificando fatores associados à queda da cobertura vacinal nos municípios, tendo como estudo de caso o Estado de Pernambuco. Por último, é possível estruturar e organizar um banco de dados que compreenda a correlação entre votos eleitorais e discursos antivacinas e suas implicações à política de vacinação.

O presente trabalho busca responder essa questão e apresentá-la a partir da análise de três grandes debates na área da ciência política: (1) discursos de tomadores de decisão (isto é, líderes políticos com poder de agência) como influenciadores aos seus apoiadores/eleitores; (2) a consequência desses discursos, caracterizado por uma ação simbólica, leva a mudança de direção (desmantelamento) da política, que no presente estudo refere-se a política de vacinação; (3) tendo como última instância a resistência vacinal por parte da população alinhada aos discursos antivacinas de líderes políticos.

A próxima seção discute as principais implicações dos discursos políticos e a formulação de políticas públicas, e do desmantelamento de políticas por ações simbólicas e o fenômeno da hesitação vacinal. A seção três apresenta a hipótese e os argumentos que a fundamentam. Em seguida é apresentada a metodologia utilizada, bem como a coleta de dados, da técnica e variáveis mensuradas. Por fim, a seção dos resultados apresenta os principais achados que a pesquisa analisou, seguida de uma discussão descritiva e suas implicações.

2. Revisão de Literatura

2.1 Os discursos políticos e políticas públicas

A representação política em ambientes democráticos busca aproximar o eleitorado das arenas decisórias, por meio de eleição de candidatos ou candidatas que se esforçarão para satisfazer as demandas do eleitor (Downs, 2013). A partir disso, compreende-se que os políticos eleitos estabelecem uma conexão com o eleitorado representado, e isso pode ser concretizado a partir dos discursos políticos - isto é, “o modo como o político conduz as discussões para a ação” (Bochett et al, 2017). Assim, os discursos políticos acabam influenciando o modo de escolha e da ação, sejam esses discursos construídos por mecanismos de insatisfações ou de respostas a problemas concretos. (Bochett et al, 2017)

O papel dos discursos no processo de políticas públicas tem feito parte da temática de muitas pesquisas (Sabatier, 2007; Jones e McBeth, 2010), embora no Brasil ainda sejam escassas (Barcelos e Neto, 2022). Dado que as narrativas políticas ajudam a entender como os líderes políticos entendem a questão e como respondem ao problema. Isso porque as narrativas seguem para construção de estratégias na formulação de políticas públicas, bem como enquadram as questões políticas e permitem a forma como as decisões políticas são anunciadas (Peci et al, 2023). Como apontado pelos autores supracitados, as narrativas concebidas pelos líderes políticos, em especial por chefes da república, têm influência na formulação da resposta a qual se propõe a política pública.

Na formulação de políticas, as ideias dos atores políticos ganham forças por meio das narrativas, que ajudam a articular e estruturar suas estratégias e interesses. Ponderando que os indivíduos carregam crenças e visões de mundo que acabam influenciando as formulações de políticas públicas (Barcelos e Neto, 2022). Portanto, é pertinente apontar que os líderes políticos possuem um papel de influenciar e persuadir as pessoas a cumprir ou seguir determinadas políticas (Grossmann et al, 2020).

Portanto, muitas das políticas públicas podem ser afetadas dependendo de declarações políticas feitas a estas (Barros et al, 2021). O poder de convencimento e influência da oratória de uma liderança política consegue afetar o comportamento das pessoas, em especial dos apoiadores políticos (Ajzenman et al. 2020). A retórica de políticos ganha proporções maiores quando isso está atrelado ao populismo. Isto porque líderes populistas se consolidam com a retórica dualista entre “a elite corrupta” e “o povo puro”, contrapondo à ciência e ao conhecimento de especialista (Ajzenman et al. 2020), como algo difuso e distante aos interesses de um povo virtuoso (Gugushvili et al. 2020).

No Brasil foi possível identificar no período da pandemia da covid-19, em 2020, as consequências do poder persuasivo da retórica política na medida em que o então presidente Jair Bolsonaro discursava contra políticas de distanciamento. Isso porque o índice de distanciamento social decaiu em lugares em que o chefe da república obteve maior parcela de votos no primeiro turno das eleições de 2018 (Ajzenman et al. 2020). Como apontam os autores, o discurso populista do então presidente tinha um efeito no comportamento dos seus seguidores ao induzirem a atitude de risco à saúde pública, isto é, ao contágio da covid-19. Da mesma forma, Peci et al (2023) revelam que as mensagens e comunicados feitos pelo então presidente da república Jair Bolsonaro bem como suas ações conduziram para uma desarticulação das ações dos governos subnacionais.

2.2 Os discursos políticos: uma estratégia de desmantelamento de política pública

Embora haja uma literatura que aponta para uma intenção da liderança política populista em se aproveitar de momentos de crise para a obtenção de ganhos políticos e isso reflete para políticas de saúde (Gugushvili et al. 2020), como discursos antivacinação (Kennedy 2019), é preciso pontuar que estratégias podem direcionar atores políticos a atingir seus interesses, pensando nos custos e benefícios que lhes podem proporcionar (Bauer et al, 2012). Essas estratégias podem ser, por exemplo, ações simbólicas que se canalizam em discursos políticos, cujo interesse é atribuir aos tomadores de decisão quaisquer responsabilidade de desvirtuamento da política existente (Sabourin et al, 2020).

Assim, quando o tomador de decisão está causando uma mudança de direção de uma política existente este está causando um desmantelamento sobre a política pública (Bauer e Knill, 2014). Vários fatores podem engajar o comportamento do político no desmantelamento: fatores externos, como uma crise financeira; fatores situacionais, por exemplo, ciclos eleitorais; ou mesmo oportunidade e constrangimentos institucionais - sistema político, partidos políticos, grau de oposição (Araújo, 2017). Logo, atores políticos conseguem analisar se o desmantelamento é recompensador para as suas preferências. Desse modo, a ação pode ser simbólica, quando os tomadores de decisão expressam alta visibilidade em desmantelar uma política pública, que por meio de discursos não levam necessariamente a efeitos e resultados (Sabourin, 2020).

Mas por que alguns políticos decidem desmantelar a política pública, que pode ser um caminho impopular? O modelo teórico *Policy Dismantling* – desenvolvido principalmente por Bauer (2012) – tem como objeto de análise exatamente a percepção dos atores políticos (governantes e parlamentares) que guiam as decisões de desmantelamento. Isto é, a assimilação dos custos e benefícios que eles próprios podem obter com o desmantelamento da política. Não se trata do impacto social que pode decorrer da ação de desmantelar (Araújo, 2017), mas os custos e benefícios percebidos pelos atores políticos que dizem respeito às suas preferências. Por exemplo, a estratégia de desmantelamento por ação simbólica apresenta um nível de benefício para o governante – ou seja, pode ser considerado recompensador para os atores políticos, mas, no geral, essa estratégia pode não ser vantajosa politicamente (Bauer e Knill, 2014).

A estratégia de desmantelamento envolve uma escolha por parte dos atores políticos, no qual se pondera os custos e benefícios de tal ação. A decisão segue o seguinte raciocínio: quando os benefícios do desmantelamento da política excedem aos custos, maior a tendência de os atores políticos preferirem desmantelar a política pública; por outro lado, se os custos da ausência de desmantelamento são maiores se comparados com a ação de desmantelamento, maior a possibilidade de os políticos seguir para a desestruturação da política. A tentativa é de maximizar sua utilidade, que nesse caso pode ser eleitoral (isto é, a tentativa da reeleição ou na continuação do poder). Porém, a ação do político é acompanhada por variáveis e fatores que podem constranger a estratégia seja por parte de outros atores que buscam manter o *status quo* da política ou de arranjos institucionais (Rocha, 2023).

A forma de compreender a mudança de direção da política (*policy change*), conforme Bauer e Knill (2012), envolve duas dimensões: a mudança na densidade e na intensidade da política. A primeira diz respeito à amplitude da intervenção governamental, isto é, em que medida houve variações no número da política ou nos instrumentos da política. Dito de outra forma, a densidade da política compreende a atenção dada pelo governo a uma determinada área da política (Rocha, 2023). Já a intensidade da política refere-se ao rigor ou à maleabilidade da política. Entende-se a intensidade da política em duas formas: em sua substância (isto é, ao nível e ao escopo da intervenção) ou na sua forma – que por sua vez, compreende os fatores de aplicação da política como recursos humanos ou administrativos, por exemplo.

Mas é possível falar em dismantelamento simbólico no Brasil? Como apontam Barros e Matias (2021), o ex-presidente Jair Bolsonaro na gestão da covid-19 adotou uma postura divergente da comunidade científica, em especial da OMS, contrariando recomendações, minimizando os riscos do contágio da doença e instigando a aglomeração social. Logo, a política de saúde durante sua gestão foi direcionada por caminhos “distantes das necessidades de implementação e fortalecimento das políticas públicas sociais” (Barros et al. 2021). Consequentemente, a política de vacinação contra o coronavírus ocorria em passos lentos (Dias, 2021) nos primeiros meses da campanha - diferente da campanha em massa contra a H1N1, em 2010, que vacinou 88 milhões de pessoas em 3 meses (Barifouse, 2021). Embora os trabalhos citados tenham analisado algumas falas do ex-presidente, esta pesquisa avança ao propor uma análise de conteúdo dos discursos e pronunciamentos oficiais de Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, aumentando o período e o escopo da análise.

2.3 Os discursos políticos e a hesitação vacinal

A compreensão discutida neste trabalho é de que a retórica de discursos políticos consegue influenciar o comportamento dos apoiadores, e isso leva a mudanças de direção da política pública, incluindo políticas de vacinação. No caso brasileiro, os discursos políticos proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 induziram a hesitação vacinal (Peci et al, 2023). Mesmo diante da variação na definição de hesitação vacinal, Noni MacDonald (2015) conceitua a hesitação vacinal não apenas como a recusa da imunização, mas também no atraso de aceitação da vacina, mesmo com a disponibilidade do serviço de vacinação.

Os primeiros estudos da hesitação vacinal acontecem ainda na década de 1990 num contexto em que se descrevia a relutância dos médicos em prescrever uma vacina (Bedford et al. 2018). Com o passar dos anos, o termo foi usado para se referir a cobertura vacinal abaixo do ideal (Dubé et al. 2014; MacDonald, 2015; Bedford et al. 2018; Zhou et al, 2022). As nuances da hesitação vacinal permitiram que Bedford *et al* (2018) identificassem três perspectivas teóricas da hesitação vacinal: (1) hesitação representada como fator comportamental; (2) a hesitação como uma recusa da vacinação; (3) e a hesitação como uma sub-vacinação. Por sua vez, MacDonald (2015) também identifica em seu trabalho a hesitação vacinal como uma ausência de confiança, em que abrange questões como segurança na vacina e nos profissionais de saúde. Porém, o autor reconhece a limitação da definição por afetar apenas as questões que dizem respeito às decisões de aceitação da vacinação, desconsiderando o atraso na vacinação.

Compreende-se que a hesitação vacinal não é um fenômeno restrito a uma região, a um contexto ou estrato socioeconômico (Dubé et al. 2014). Ao contrário, trata-se de uma questão complexa e que varia ao longo do tempo, por localidade e por vacina. De acordo com MacDonald (2015), a hesitação vacinal situa-se num espectro em que os indivíduos podem estar numa dimensão de aceitação total das vacinas – sendo ausente de dúvidas –, até à recusa total sem dúvidas. Mesmo diante desse espectro, a gravidade da questão é algo que preocupa organizações como a OMS, que em 2019 declara a hesitação vacinal como uma ameaça à saúde e que precisa ser combatida.

As explicações apresentadas por MacDonald (2015) apontam que tal fenômeno pode ser influenciado pela confiança, complacência e conveniência da vacinação – modelo que ficou conhecido como o Modelo 3 (três) Cs – e que é caracterizada por um comportamento complexo composto por vários fatores, que abarcam aspectos políticos, como líderes políticos e desenhos de políticas públicas, até mesmo o ambiente de comunicação e mídia.

O debate em torno dessa temática ainda é recente no Brasil, e por isso o trabalho desenvolvido buscará ampliar as discussões na área, com foco na política de vacinação no governo Bolsonaro.

3. Argumento e Hipóteses

As narrativas políticas ajudam a entender como os líderes políticos enfrentam as questões na arena pública, tendo em vista que os discursos políticos possibilitam construir estratégias para a formulação de políticas públicas, enquadrar as decisões políticas, construindo históricas que “fazem sentido” e, que acabam se tornando canais de comunicação das decisões políticas (Peci; González e Dussauge-Laguna, 2023). Dessa forma, as políticas públicas acabam sendo afetadas por declarações políticas feitas a estas (Barros et al, 2021).

Da mesma forma, os discursos políticos podem ser usados como estratégias políticas, como uma forma de mudança de direção da política pública por razões próprias do líder político, por motivações eleitorais, ou para exaurir os ônus que a política pode acarretar (Peci; González e Dussauge-Laguna, 2023; Abrucio et 2020; Bauer et al, 2012). Nesse caso, constitui-se um desmantelamento de políticas por ações simbólicas. Por sua vez, a retórica de uma liderança política consegue afetar o comportamento das pessoas, em especial dos apoiadores políticos (Ajzenman et al. 2020), mas isso se aplica para a cobertura vacinal? Por tanto, segue-se a hipótese de que:

Hipótese: Há uma correlação negativa entre o discurso antivacina e o comportamento dos eleitores alinhados com o ex-chefe do Governo federal na adesão à cobertura vacinal.

4. Desenho de Pesquisa

Nesta pesquisa, o objetivo é analisar o discurso do então presidente da república Jair Bolsonaro em pronunciamentos oficiais. Além disso, mapeou-se a distribuição da taxa de vacinação entre a população pernambucana a fim de analisar a cobertura vacinal, via informações da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações. Foi analisado os votos alinhados ao atual presidente recebidos na eleição presidencial de 2018 a fim de mensurar o percentual de votos válidos daquela eleição a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para verificar a adesão da cobertura vacinal nos locais onde o presidente obteve mais eleitores alinhados à campanha presidencial da referida eleição. Fazendo o seguinte esquema, conforme o quadro de variáveis abaixo:

Quadro de Variáveis – Variáveis Dependente e Independente

Variável	Mensuração	Fonte
Discurso presidencial	Análise de conteúdo	Mensagens presidenciais oficiais, como pronunciamentos e discursos (sites do Planalto)
Cobertura vacinal	Índice da taxa de vacinação da população de cada município	Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações
Votos do presidente	Percentual de votos válidos	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Fonte: Elaboração própria.

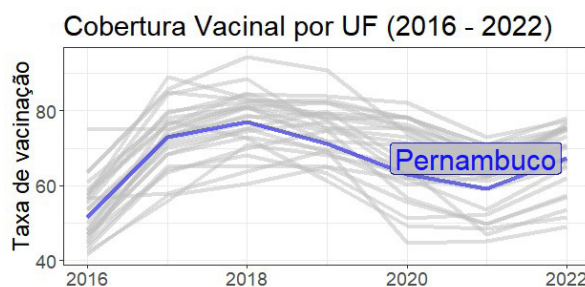
Para mensurar o discurso antivacina do ex-presidente em mensagens do Executivo, o presente trabalho utilizará análise de conteúdo por meio de pesquisas de palavras-chave relacionadas à vacinação em mensagens presidenciais oficiais, como pronunciamentos e discursos durante a pandemia da Covid-19. Além disso, analisou-se os dados de cobertura vacinal a fim de verificar a distribuição vacinal na população por meio da análise espacial para compreender a taxa de

adesão à cobertura vacinal referente aos anos de 2018 a 2022, correspondentes às duas eleições presidenciais disputadas pelo então candidato Jair Bolsonaro. O recurso de análise para a sistematização dos dados será o software R.

Por fim, utilizaremos a análise descritiva para os dados de votação que o atual presidente recebeu nas eleições de 2018 e 2022, para correlacionar com as informações de negação à vacinação. Levando em consideração a possibilidade de associação entre os votantes do atual presidente e a taxa de adesão da cobertura vacinal no Estado de Pernambuco. E em última instância, analisaram-se os dados de cobertura vacinal para testar a hipótese de que há uma correlação negativa entre o discurso antivacinas e dos eleitores alinhados com o Governo federal a nível local.

O que orienta a escolha de Pernambuco para um estudo de caso diz respeito a sua condição média na cobertura vacinal conforme a Figura 1, o que permite identificar que o Estado não apresenta os mais baixos índices de taxa de vacinação, nem ocupa as melhores posições se comparado com outros Estados da federação. Portanto, ao analisar Pernambuco é possível aplicar os achados para os outros governos estaduais que se apresentam na mesma situação ou não – desde que sejam consideradas as devidas proporções para tal objetivo.

Figura 1 – Comparação na Cobertura Vacinal entre os Estados brasileiros



Fonte: Samuel Barbosa (2023) a partir do DATASUS

Como forma de apresentar maior transparência ao projeto de pesquisa, todos os dados coletados e todos os *scripts* rodados no R estão com acesso liberado no OSF³ para uso ou para testes de replicabilidade, conforme boas práticas nacionais e internacionais de ética no campo da ciência. Na condição de fonte, recomenda-se fazer a devida referência a esta pesquisa na utilização dos dados expostos no trabalho.

5. Resultados, Implicações e Discussão

5.1 Análise de Discursos e Desmantelamento de Política

Os discursos de Bolsonaro sobre vacinas e covid-19 durante a pandemia apontam para um desmantelamento simbólico da política de vacinação? A partir da técnica de análise de conteúdo, analisamos os discursos e os pronunciamentos oficiais do ex-presidente Jair Bolsonaro entre 2020 e 2022, período correspondente ao início da pandemia e da gestão do governo em questão. Para tanto, utilizamos os discursos e pronunciamentos disponibilizados na página oficial da Biblioteca da Presidência da República⁴ que foram selecionados apenas os discursos oficiais no qual o ex-presidente fez menção às palavras⁵: vacina, vacinação e Covid-19, relevantes para o contexto da pesquisa. Os mesmos critérios são levados em consideração na análise dos pronunciamentos oficiais.

³ Para mais detalhes, acesse: <https://osf.io/zejnw/?view_only=7e502d5d0923416aab47c6b3b41bf397>.

⁴ Para mais detalhes, acesse <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

⁵ Utilizamos o buscador do próprio portal para realizar a filtragem dos pronunciamentos e discursos, considerando as palavras-chave “Covid-19” e “vacinação”.

Após fazer a filtragem, levando em consideração os critérios acima descritos, obtivemos 8 pronunciamentos e 21 discursos⁶, ambos oficialmente divulgados no site oficial da Biblioteca da Presidência da República. Posteriormente, utilizamos o software RStudio para observar as palavras mais frequentes nos discursos e pronunciamentos oficiais do ex-presidente.

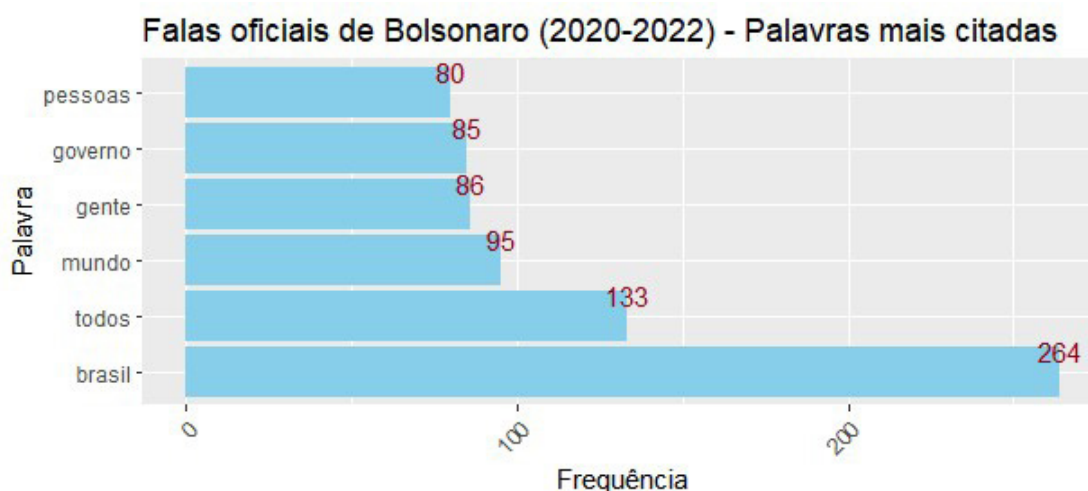
Na nuvem de palavras abaixo é possível observar as principais palavras enfatizadas no discurso do ex-chefe da república. O foco no “Brasil”, na “liberdade”, no “governo”, mostra o discurso nacionalista, populista e centralizado a seu eleitorado. Como é possível identificar, termos voltados à saúde, como “vacina”, “covid”, “vidas” foram menos enfatizadas nos discursos analisados de Bolsonaro, entre 2020 e 2022.

Nuvem de palavras



Analisando de forma mais objetiva, conforme a Figura 2, é possível observar que o maior foco nas falas oficiais de Bolsonaro, no período de 2020 a 2022, foi o “Brasil”, presente 264 vezes nos discursos e pronunciamentos.

Figura 2



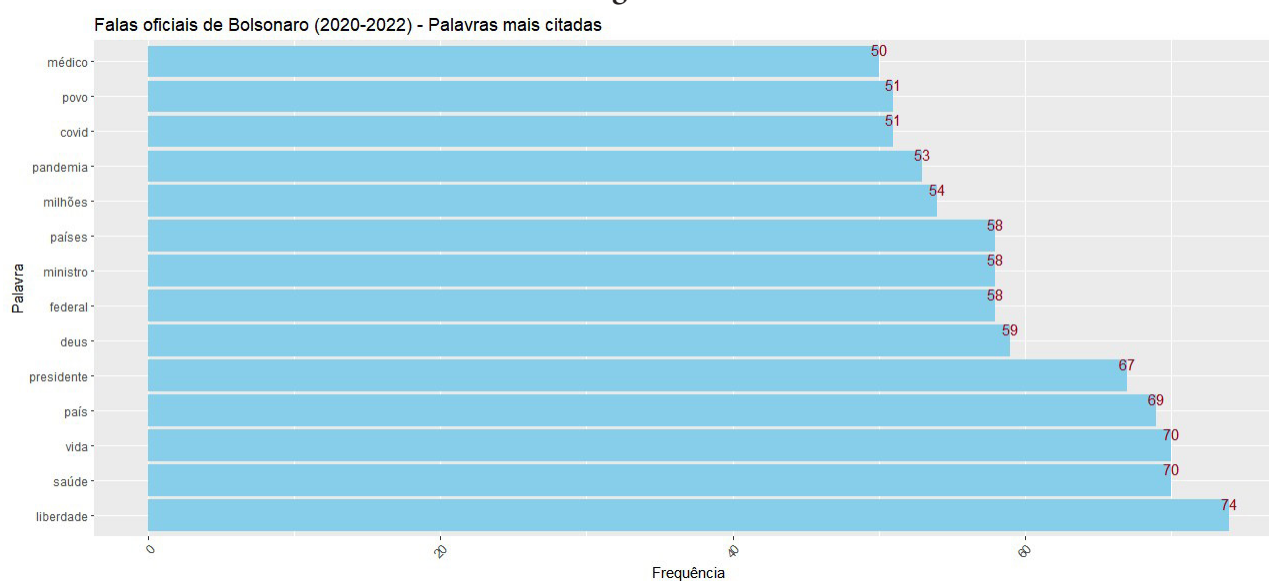
Fonte: Elaboração própria.

6 Os discursos e pronunciamentos oficiais analisados após a filtragem podem ser acessos em: https://drive.google.com/file/d/10sk1N1xqgaEPX4EDA-w14pCuiwIapkT2/view?usp=drive_link.

Ao considerar essa informação é perceptível que o ex-presidente adotou uma retórica nacionalista, seguindo uma postura adotada desde a sua campanha de 2018, com o lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Isso se segue, por exemplo, a outro destaque: a frequência da palavra “governo”, que aparece 85 vezes nas falas de Bolsonaro. Ponderando seu discurso ao seu público, as palavras “todos”, “gente” e “pessoas”, aparecem com uma frequência maior de 133, 86 e 80 vezes.

A palavra “liberdade”, também é um destaque nas falas do ex-presidente. Ao total, são 74 menções, conforme a Figura 3. Durante seus discursos e pronunciamentos, Bolsonaro ponderava o direito de respeitar a “liberdade” das pessoas, considerando um contexto de poder escolher tomar a vacina ou não, endossando o discurso de poder ter “o direito de ir e vir”, como mencionado no pronunciamento do anúncio da escolha do ministro Nelson Teich (em 16 de abril de 2020). Durante o seu discurso no “Encontro Brasil Vencendo a Covid-19”, Bolsonaro ponderou a “liberdade do médico” em orientar o uso de medicamentos como hidroxicloroquina como tratamento da Covid-19, comprovado cientificamente como não eficaz.

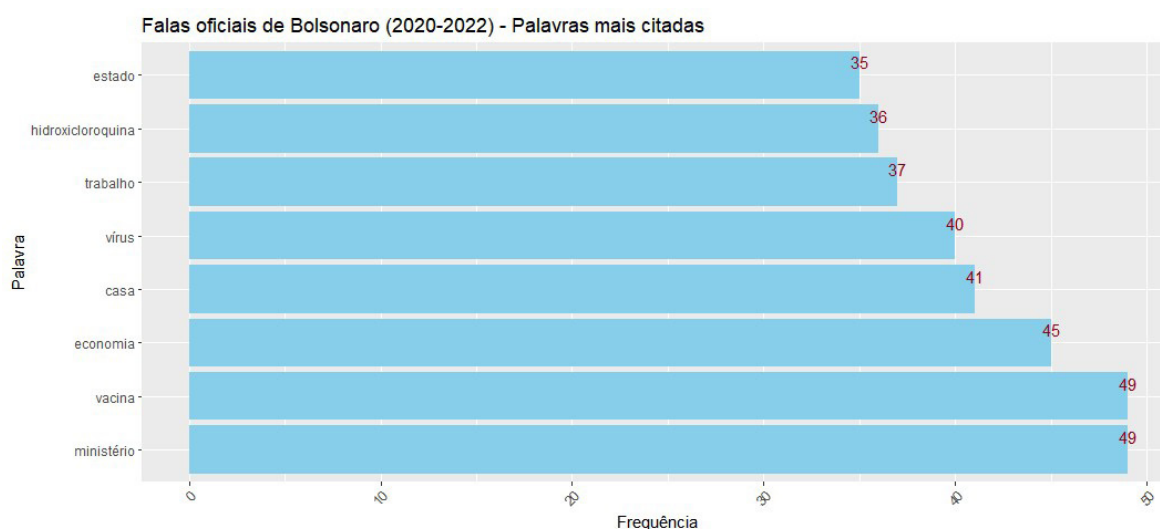
Figura 3



Na Figura 4, analisamos que o termo “vacina” esteve presente nas falas de Bolsonaro em 49 vezes. Ao se referir a vacina contra a covid-19 na Cúpula do G20⁷, em 21 de novembro de 2020, Bolsonaro ponderou esforços em busca de “vacinas eficazes e seguras contra a covid-19”. Já na “Cerimônia de Anúncio do Resultado do Estudo Clínico COVID-19”, 19 de outubro de 2020, enfatizou a não obrigatoriedade da vacinação. Em evento voltado para o setor produtivo na Bahia, o ex-presidente considerou que quem foi infectado com o vírus já possuía anticorpos. Diante disso, indagou: “para que tomar vacina de novo?”. Continuando sua fala, ponderou efeitos colaterais, e falou na possibilidade de “virar jacaré”.

⁷ Para mais detalhes, acesse: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em 19 de junho de 2023.

Figura 4



Fonte: Elaboração própria.

Outro destaque nas falas do ex-chefe da república é a referência a “hidroxicloroquina”, que aparece em 36 vezes. Bolsonaro falava em tratamento precoce, sendo o uso da hidroxicloroquina como uma possibilidade de tratamento para a Covid-19. Em inauguração de obra na Paraíba em outubro de 2021, questionou ao público quem usou a “ivermectina, ou hidroxicloroquina”. Em pronunciamento oficial em cadeia de rádio e televisão, em 31 de março de 2020, considera o uso da hidroxicloroquina como “bastante eficaz”. Já em discurso em um evento religioso em 2022, pontua que foi “o único Chefe de Estado do mundo que foi na contramão do politicamente correto para tratar da pandemia”. E, continua perguntando ao público quem “tomou hidroxicloroquina ou ivermectina”.

Diante disso, é possível considerar que o ex-presidente Jair Bolsonaro adotou a estratégia de dismantelamento simbólico sobre a política de vacinação? Os achados dessa análise apontam que houve ações simbólicas presentes nos discursos e pronunciamentos oficiais de Bolsonaro levando a uma manipulação da opinião pública (Sabourin, 2020). Isso porque o ex-presidente pontuava a não obrigatoriedade da vacinação, questionando a eficácia dos imunizantes ao lançar dúvidas ao público em seu discurso na Bahia⁸: *como é que você pode obrigar alguém tomar uma vacina que não se completou a terceira fase ainda, está na experimental?* Da mesma forma, o ex-presidente focava em “liberdade” como forma de legitimar suas ações de mudanças de direção da política de saúde durante a pandemia, a saber, sobre a vacinação e o distanciamento social. Os achados implicam que a narrativa do ex-presidente Bolsonaro contornara a política de vacinação, levando uma mudança de diferença e incentivos a desconfiar do esquema vacinal e da seguridade da vacina da Covid-19.

As estratégias de dismantelamento por ações simbólicas não levam necessariamente a resultados efetivos em matéria de densidade e de intensidade da política pública (Bauer et al, 2012; Araújo, 2022). Isso porque constrangimentos institucionais dificultam a decisão formal (Sabourin, 2020). Como visto no Brasil, o STF considerou que os Estados e municípios possuíam competências concorrentes em relação ao Governo Federal no que diz respeito as medidas de enfrentamento a Covid-19. Durante a assinatura de medida provisória da vacinação contra a Covid-19⁹, Bolsonaro afirma ser proibido pelo STF de atuar na questão da Covid-19. Em outro momento, considerou que a decisão do STF

⁸ Para mais detalhes do discurso, acesse: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-pre-sidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-de-apoio-ao-setor-produtivo-acro-porto-internacional-de-porto-seguro>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

⁹ Para mais detalhes, acesse: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-pre-sidente-da-republica-jair-bolsonaro-solenidade-de-assinatura-da-medida-provisoria-da-vacina-contr-o-c-oronavirus-covid-19-palacio-do-planalto>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

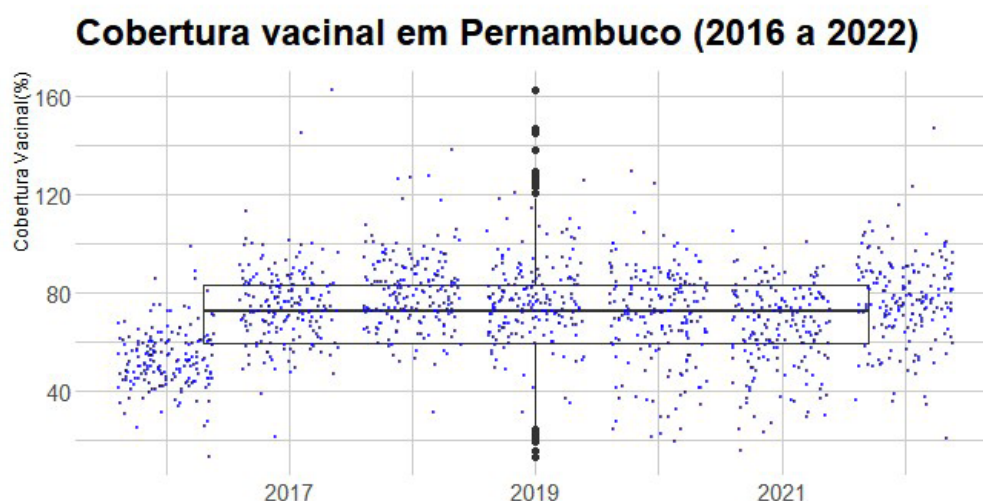
restringiu a atuação do governo, segundo o ex-presidente, em “*basicamente recursos e meios para estados e municípios enfrentarem a tal da pandemia*”¹⁰.

Diante disso, o trabalho segue a analisar se tais estratégias de desmantelamento se relacionam de modo negativo com a cobertura vacinal nos municípios de Pernambuco, considerando o apoio eleitoral ao ex-presidente Bolsonaro no Estado. Mas antes, a próxima subseção apresenta os dados dos imunizantes aplicados nas cidades pernambucanas desde o ano de 2016 até 2022 – período longitudinal que corresponde antes e durante a gestão de Bolsonaro e que revela um declínio na cobertura vacinal até o fim do mandato do seu governo.

5.2 Cobertura Vacinal

Como se dá a distribuição espacial na cobertura vacinal no Estado de Pernambuco? Ao analisarmos a cobertura vacinal no Estado, no período de 2016 a 2022, a média foi de 71.18%. Observando a Figura 1, o maior índice na taxa média de vacinação foi registrado na mesorregião Mata Pernambucana, no município de Nazaré da Mata (162.01%)¹¹ em 2017. A mesorregião também registra o menor índice na taxa de cobertura dos imunizantes: 13.20%, em Cortês no ano de 2016.

Figura 1



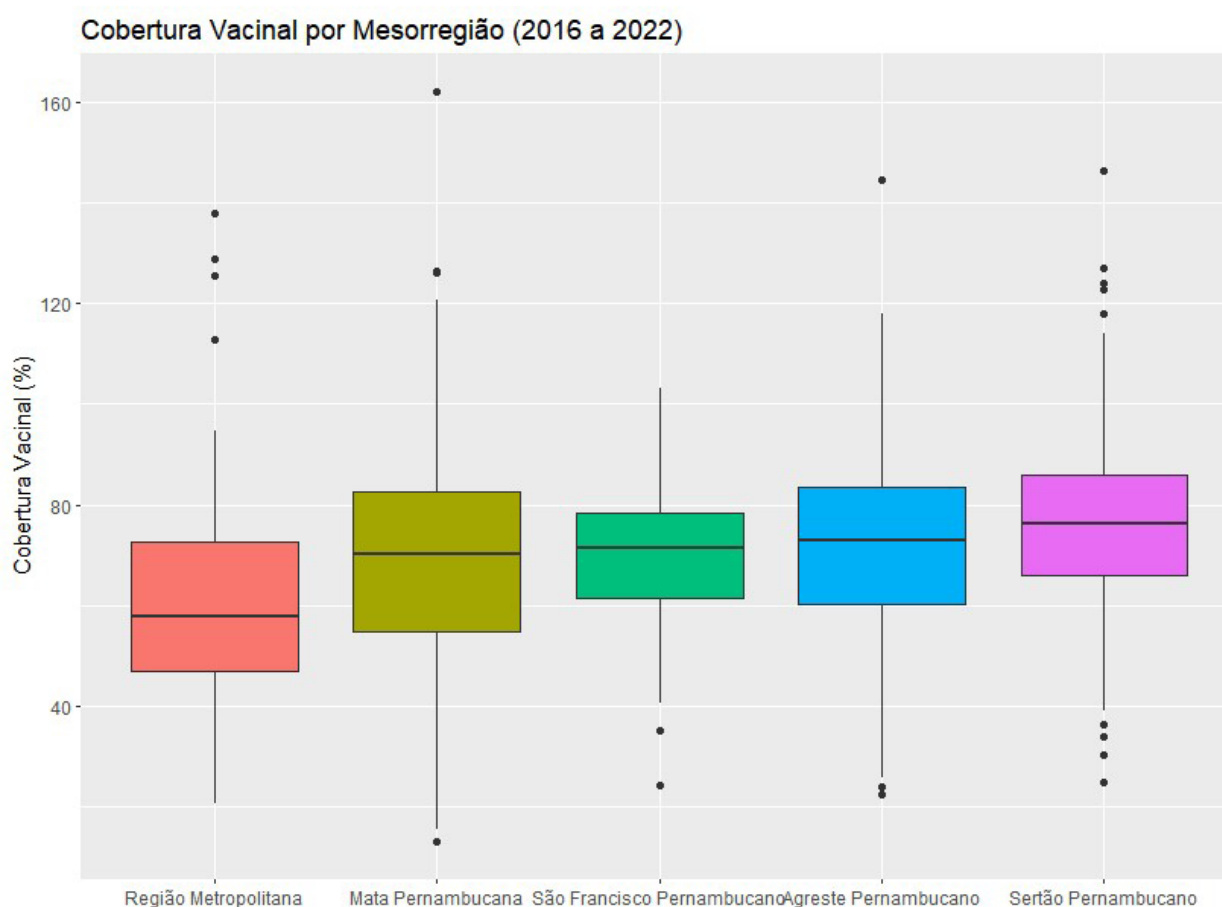
Comparando as mesorregiões¹², encontra-se que a maior média encontrada foi a do Sertão Pernambuco, 76.30%. Como observado na Figura 2, tanto os municípios do Sertão Pernambuco quanto da mesorregião do São Francisco apresentam uma certa estabilidade no aumento da cobertura vacinal, principalmente entre os anos de 2020 e 2021. Diferentemente, o Agreste Pernambuco e a Mata Pernambucana tiveram um declínio a partir dos anos de 2018, com uma tendência ao crescimento em 2022. Destaca-se também a Região Metropolitana, que desde 2018 até 2020 registrou um declínio na média de cobertura vacinal. Essa tendência se estabilizou entre 2020 e 2022.

¹⁰ Para mais detalhes do discurso, acesse: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-abertura-do-32deg-congresso-nacional-da-abrasel-brasilia-df>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

¹¹ Vale ressaltar que a taxa de cobertura vacinal ultrapassa 100% porque o público-alvo de cada imunizante é contabilizado pelos dados demográficos do IBGE, e que acabam sendo defasados ao longo do tempo. Da mesma forma, que indivíduos podem ser imunizados em outra cidade, que não a sua cidade de moradia.

¹² Para mais detalhes, os gráficos plotados estão em anexo.

Figura 2



Fonte: Elaboração própria a partir do DataSus

A média da cobertura vacinal na Região Metropolitana de Pernambuco é 60.47%, sendo abaixo da média do Estado (71.18%) para o período de 2016 a 2022. É possível observar que foram registrados apenas 9 casos em que houve uma taxa de cobertura vacinal (na média de cada ano) acima dos 90% da população ou público-alvo. Além disso, as menores médias da taxa de vacinação estão localizadas entre 2020 e 2022.

Com base na figura acima, é possível observar que a mesorregião também registra o menor índice do Estado na cidade de Cortês: 13.20%. A partir de 2019, os municípios da mesorregião apresentaram uma queda na cobertura vacinal se estabilizando entre 2021 e registrando uma tendência de leve crescimento em 2022.

Na mesorregião do Agreste Pernambucano registra uma média da taxa de vacinação dentro da média estadual: 71.82%. Os 10 maiores registros de cobertura vacinal atingem médias acima dos 100% da população, conforme observa a Figura 2 acima. A maior média da mesorregião na taxa de vacinação é a registrada no município de Panelas, com 144.64% em 2017. Como se pode observar, entre os anos de 2016 e 2018, a mesorregião apresentou um aumento na média da cobertura vacinal, com uma tendência de decréscimo a partir de 2019, mas seguindo em leve aumento entre 2021 e 2022.

A mesorregião do Sertão Pernambucano registra a maior incidência de cobertura vacinal dentro do recorte temporal da pesquisa (2016-2022): 76.25% da média da população. Grande parte dos registros apontam uma média na taxa de vacinação acima de 80% da população dos municípios que compõem a mesorregião, principalmente entre os anos de 2017 e 2022. Destaca-se o período de 2022, que apresenta os maiores índices de vacinação em quase todos os municípios.

A média da cobertura vacinal da mesorregião do São Francisco Pernambuco registra o percentual de 69.94%. Como revelam os dados da figura 2, é possível perceber que os municípios que compõem a mesorregião tiveram uma tendência de aumento na cobertura vacinal entre os anos de 2016 e 2019, registrando a partir de então uma tendência de decréscimo que se estabilizou entre 2020 e 2022.

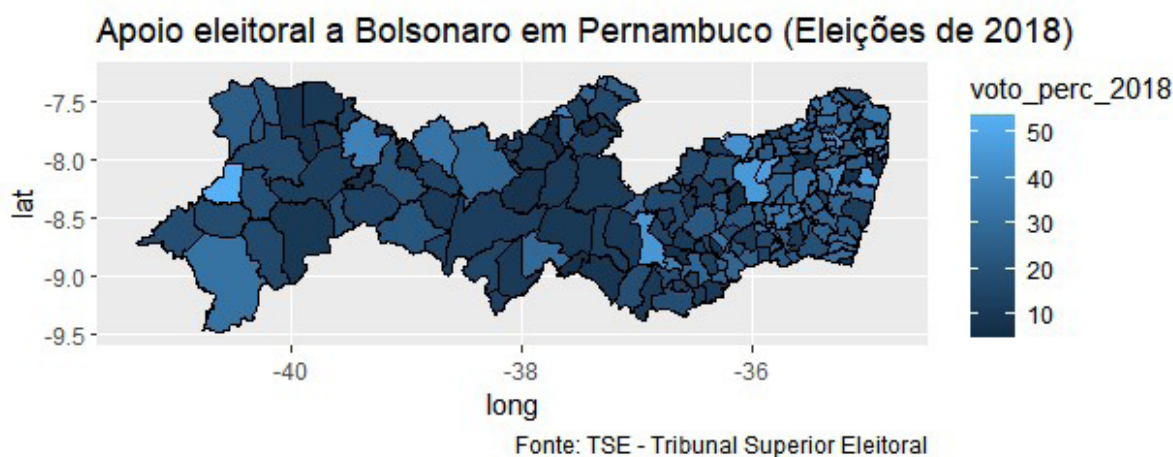
5.3 Apoio Eleitoral a Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e 2022

A fim de analisar se o apoio eleitoral explica a baixa cobertura vacinal no período, utilizamos os dados dos votos nominais válidos que Bolsonaro recebeu nas eleições de 2018 e 2022 nas cidades pernambucanas como *proxy* do apoio eleitoral. Os dados foram obtidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2023. Na eleição presidencial de 2018, Jair Bolsonaro recebeu 1.661.163 votos, correspondendo a 33,50% do total no Estado de Pernambuco.

A média do apoio eleitoral, medido a partir dos votos obtidos em cada município pernambucano, foi de 22.27%, sendo a mediana do apoio eleitoral: 21.65%. O então candidato à presidência, Bolsonaro, conseguiu se eleger em apenas duas cidades do Estado: Santa Cruz do Capibaribe (53.83% dos votos) e Fernando de Noronha (51.14 % dos votos). Em todos os outros 183 municípios, o candidato à vaga de presidente em 2018 não conseguiu obter a maioria dos votos válidos.

O Mapa 1 ilustra o apoio eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018: é possível notar, que o mapa de calor aponta para uma tonalidade mais escura, indicando que a taxa de votos, em média, foi abaixo dos 30%.

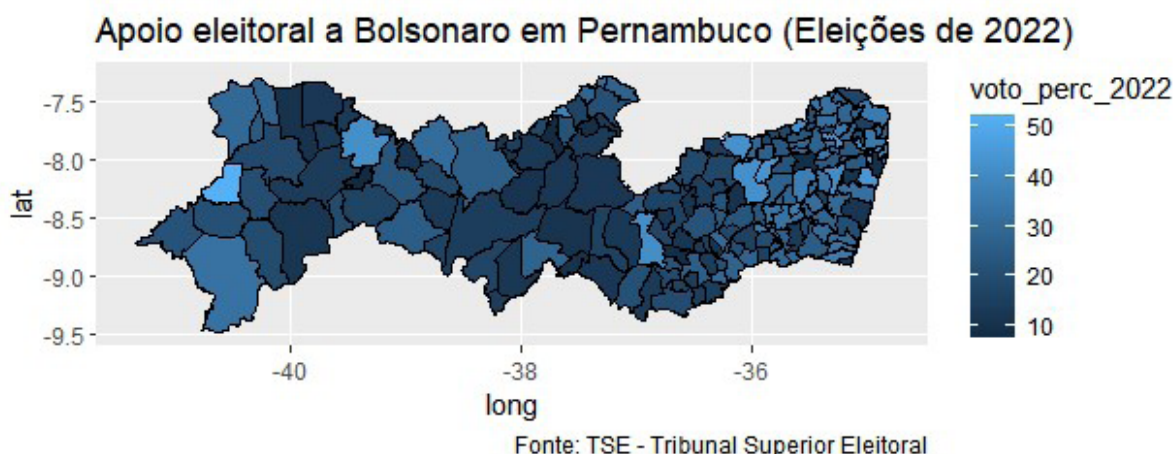
Mapa 1



Já nas eleições de 2022, o então presidente continuou obtendo um apoio eleitoral de 33,07% dos votos no eleitorado pernambucano, conforme dados obtidos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2023. Os dados mostram que a média do apoio eleitoral foi 23.56% em Pernambuco, e uma mediana de 22.83%.

Em 2022 o então presidente Jair Bolsonaro (PL), conseguiu se eleger apenas na cidade de Santa Cruz do Capibaribe (52.12% dos votos). O Mapa 2, ilustra essa informação, apontando a mesma análise do apoio eleitoral em 2018: indicando que a taxa de votos, em média, foi abaixo dos 30%.

Mapa 2



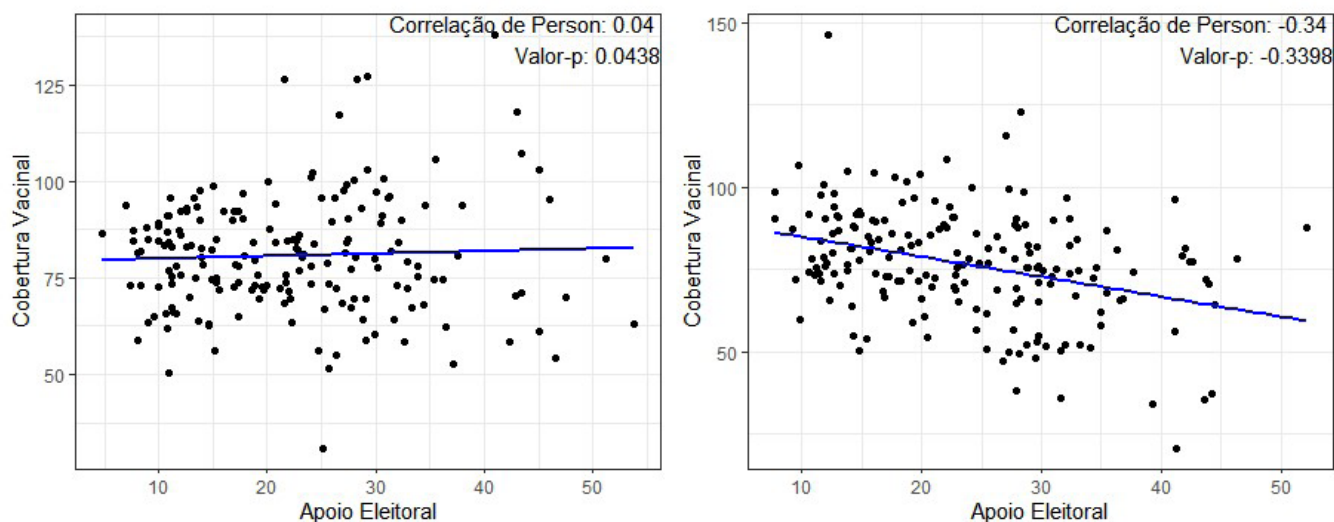
5.4 Apoio Eleitoral e Cobertura Vacinal

A fim de testar a hipótese de que quanto maior o apoio eleitoral recebido em municípios que conseguiram eleger Jair Bolsonaro ao cargo de presidente, menor é a cobertura vacinal do município naquele ano, utilizamos o teste de correlação de Pearson para compreender essa associação: apoio eleitoral e cobertura vacinal. Conforme o Gráfico 1, obtém-se os seguintes dados comparativamente:

Gráfico 1 — Comparação dos resultados (2018 e 2022)

Comparação entre a Cobertura Vacinal e o Apoio Eleitoral em 2018 e 2022

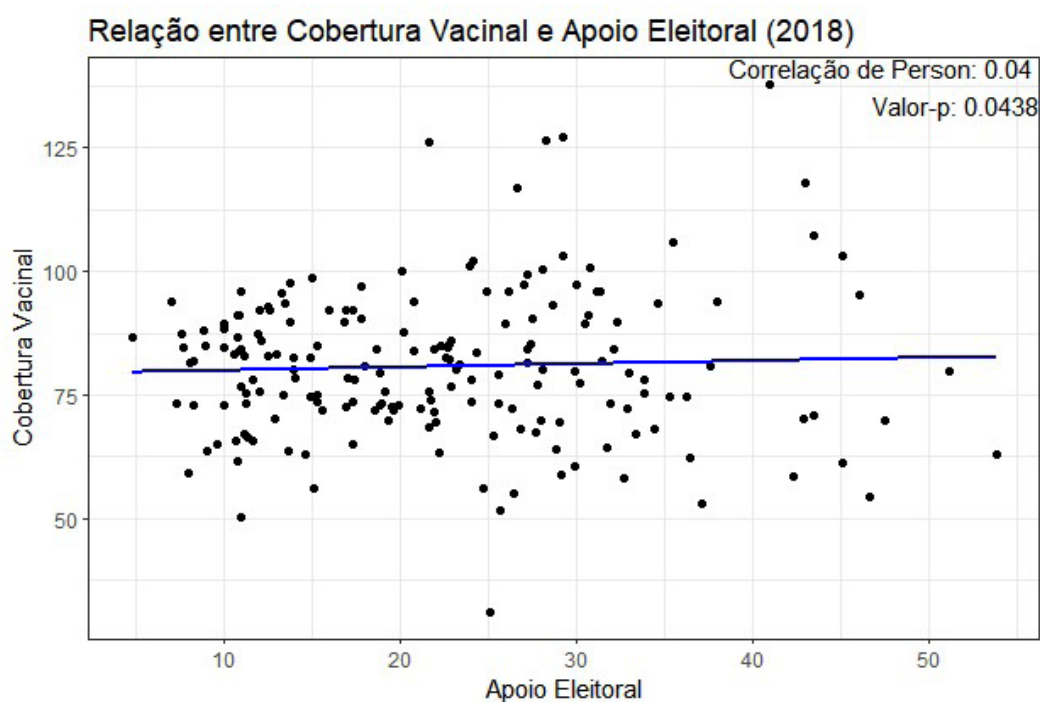
Os gráficos indicam uma mudança na taxa de vacinação, possivelmente pelos discursos antivacina do ex-presidente Bolsonaro.



Fonte: Elaboração própria, a partir do DataSus e TSE

Considerando os discursos e falas do ex-chefe da república sobre a política de vacinação, é possível apontar alguma relação entre o apoio eleitoral e a cobertura vacinal. Conforme apresenta a Figura A, a relação entre o apoio eleitoral a Bolsonaro em 2018 e a cobertura vacinal daquele ano não apresentam uma relação negativa significativa. O resultado do teste de correlação (R) mostra um valor de 0.04, implicando dizer que há uma ausência de correlação entre as variáveis. Enquanto o valor de p (0.04) indica a significância estatística do teste.

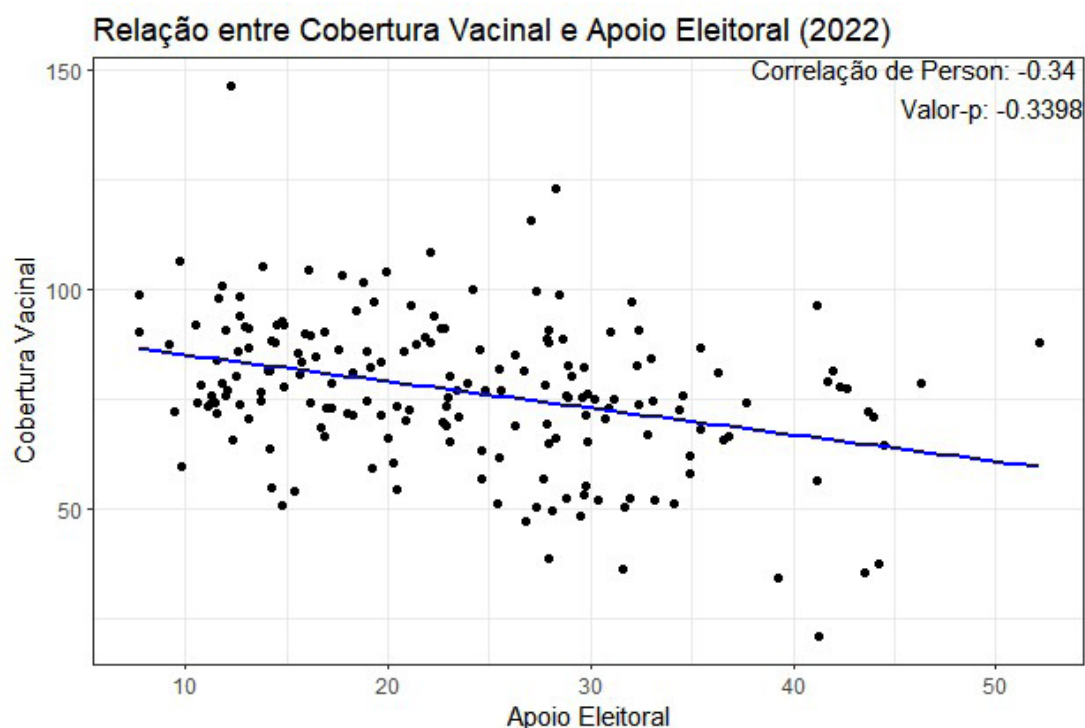
Figura A



Fonte: Elaboração própria, a partir do DataSus e TSE

Para as eleições de 2022, o resultado do teste de correlação (R) mostra uma associação negativa entre o apoio eleitoral e a cobertura vacinal, mesmo que estatisticamente a significância seja fraca, conforme a Figura B. O resultado mostra que a eleição de Bolsonaro resultou na mudança da cobertura vacinal em Pernambuco. A correlação existente entre os apoiadores do ex-presidente e a baixa cobertura vacinal reforçam a evidência de que a ação de atores políticos induz mudanças de comportamento (Ajzenman et al. 2020).

Figura B



Fonte: Elaboração própria, a partir do DataSus e TSE

Entre os anos de 2018 até 2022, período que correspondeu a eleição do Jair Bolsonaro até o fim do seu mandato de presidente para república, é evidenciado que a taxa de cobertura nos municípios pernambucanos sofreu uma queda. A variável *apoio eleitoral* revela que a eleição do ex-presidente foi um fator explicativo para o fenômeno da hesitação vacinal. O resultado da pesquisa aponta que a recusa, parcial ou total, de se vacinar é influenciada por líderes políticos, o que dialoga com a literatura (Macdonald, 2015). E avança ao entender que a eleição de um líder político consegue influenciar o comportamento dos seus apoiadores não apenas na dimensão imediata, mas no longo prazo, que corresponde à queda da cobertura vacinal nos últimos 4 anos (2018 a 2022).

Vale ressaltar que em 2022, mesmo os eleitores do município de Santa Cruz de Capibaribe apoiando eleitoralmente o então presidente da república Jair Bolsonaro com 52.12% dos votos, a média da cobertura vacinal no município para o ano foi 92.75%. O mesmo acontece para as eleições de 2018: os eleitores do município de Fernando de Noronha registraram 51.14% dos seus votos para o candidato Jair Bolsonaro, mas a média da cobertura de vacinação para o município foi de 79,89%, já em Santa Cruz do Capibaribe a taxa vacinal, na média, foi de 95.68%.

É possível afirmar que a baixa cobertura vacinal nos últimos anos no Estado se relaciona aos discursos de vacinação do ex-presidente? Os achados apontam para uma mudança na taxa da cobertura. E quando se analisa a relação entre o apoio eleitoral e a cobertura vacinal no Estado é possível identificar uma relação negativa, conforme a hipótese do trabalho. Em geral, os municípios que apoiaram eleitoralmente o ex-presidente tendem a apresentar uma baixa cobertura vacinal. Isso implica dizer que embora haja uma ação simbólica de desmantelamento de política de vacinação, bem como para uma manipulação da opinião pública durante a pandemia do covid-19, per si não explica o declínio na cobertura vacinal nos últimos anos no Estado, mas é possível constatar que as atitudes dos líderes políticos conseguem influenciar o comportamento dos seus apoiadores e comprometer a direção da política pública.

A política de vacinação requer um aparato técnico, como profissionais de saúde, administrativo (alocação de recursos para compras dos imunizantes, repasses aos entes municipais, logística de transporte e armazenamento das vacinas), além de infraestrutura que permita aos governos municipais políticas de saúde e vacinação, seja por meio de campanhas informativas, acompanhamento do público-alvo não vacinado, disponibilidade financeira e priorização de vacinas. Dito de outra forma, a implementação da política de vacinação não se reduz aos usuários da política pública, mas na oferta e nos fatores que permitem a concretização da política.

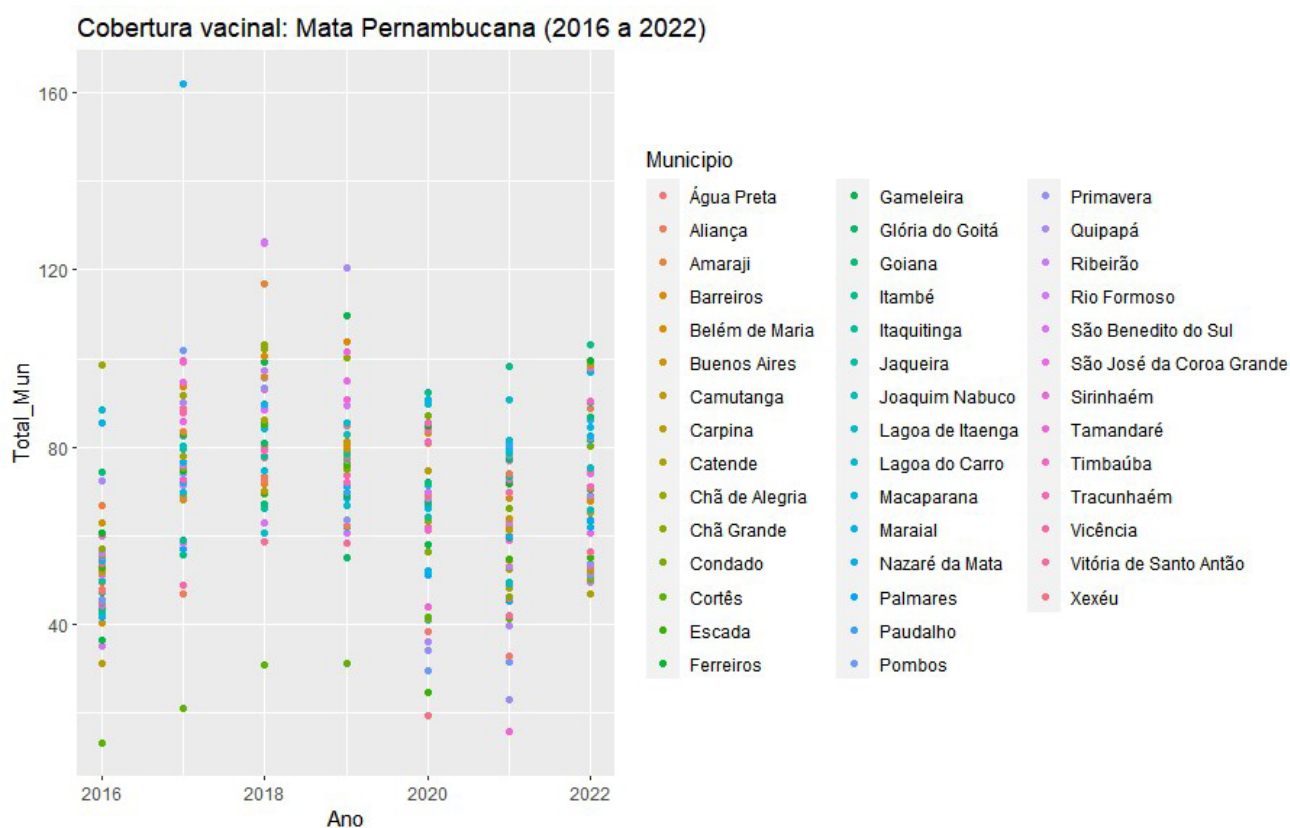
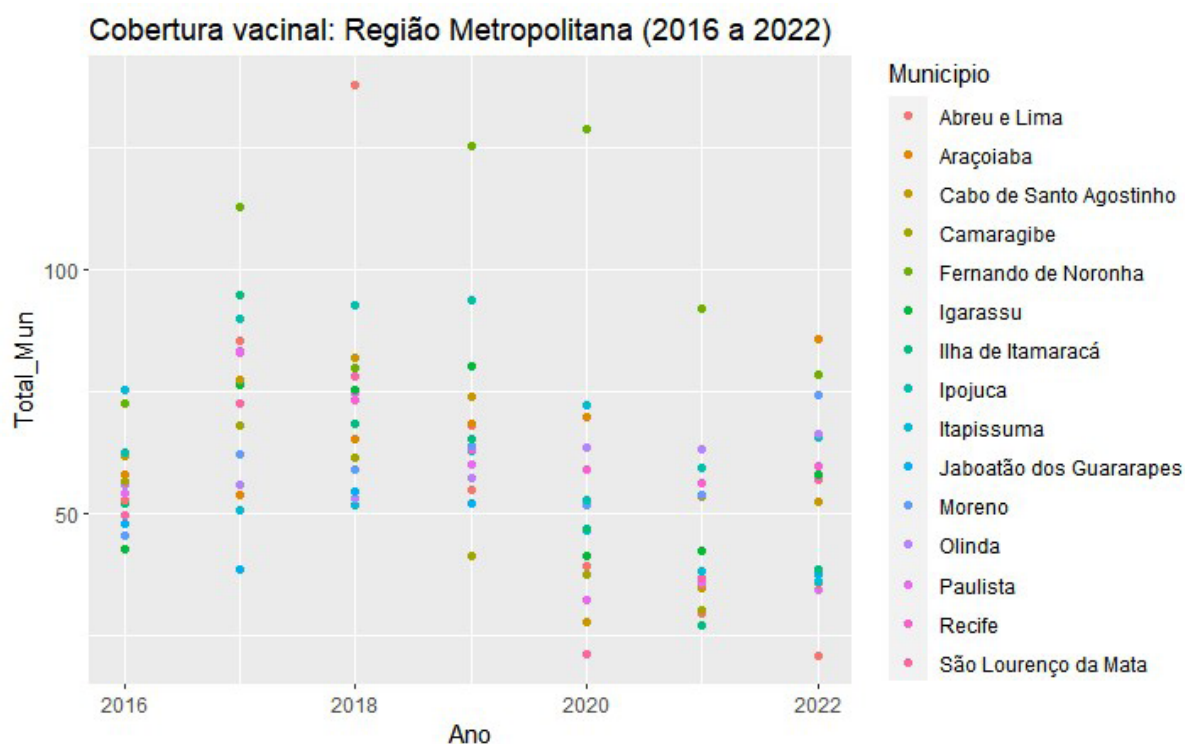
Nesse caso, é possível inferir que a eleição de Bolsonaro, bem como os seus discursos sobre a política de vacinação durante a pandemia da Covid-19, teve efeito direto na cobertura vacinal. O que se pode argumentar é que o governo Bolsonaro não instituiu, nos últimos anos, maiores recursos e estratégias amplas na política de vacinação para reduzir o declínio nas taxas de vacinação no Brasil. Portanto, a hesitação vacinal é resultado do comportamento dos indivíduos, e o investimento na oferta da política permite que haja mudanças nos padrões dos usuários da política pública. Isto é, a política de vacinação requer ações governamentais capazes de levar resultados positivos para a população, causando mudanças comportamentais.

Esses achados precisam ser analisados com parcimônia, tendo em vista que outros fatores influenciam na taxa de vacinação. Por exemplo, o candidato Lula obteve 69,34% dos votos válidos na região Nordeste (VIEIRA, REIS, 2022) durante o 2º turno da eleição presidencial de 2022 indicando amplo apoio eleitoral ao candidato petista se comparado com Jair Bolsonaro que obteve 30,66% dos votos na região nordestina. Assim, a ideologia do município deve ser considerada para uma análise mais robusta, bem como controlar esses resultados com variáveis socioeconômicas dos municípios.

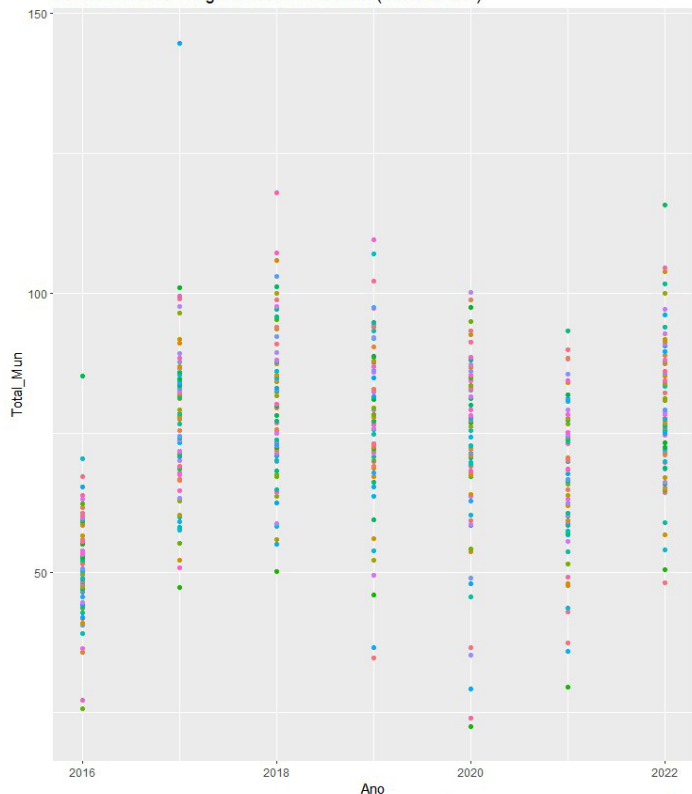
Além disso, os municípios diferem uns dos outros na implementação de políticas públicas. Assim, as capacidades locais devem ser consideradas na análise da política de vacinação – isto é, na taxa de cobertura do Brasil. Esses são caminhos a serem explorados por futuros projetos.

ANEXO

Cobertura vacinal por Mesorregião (2016 a 2022)



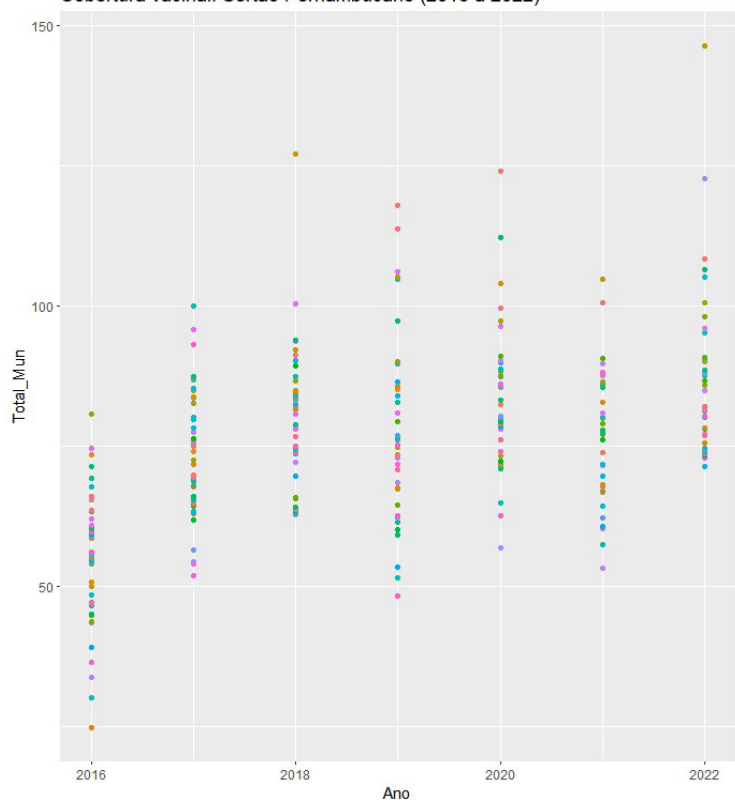
Cobertura vacinal: Agreste Pernambucano (2016 a 2022)



Município

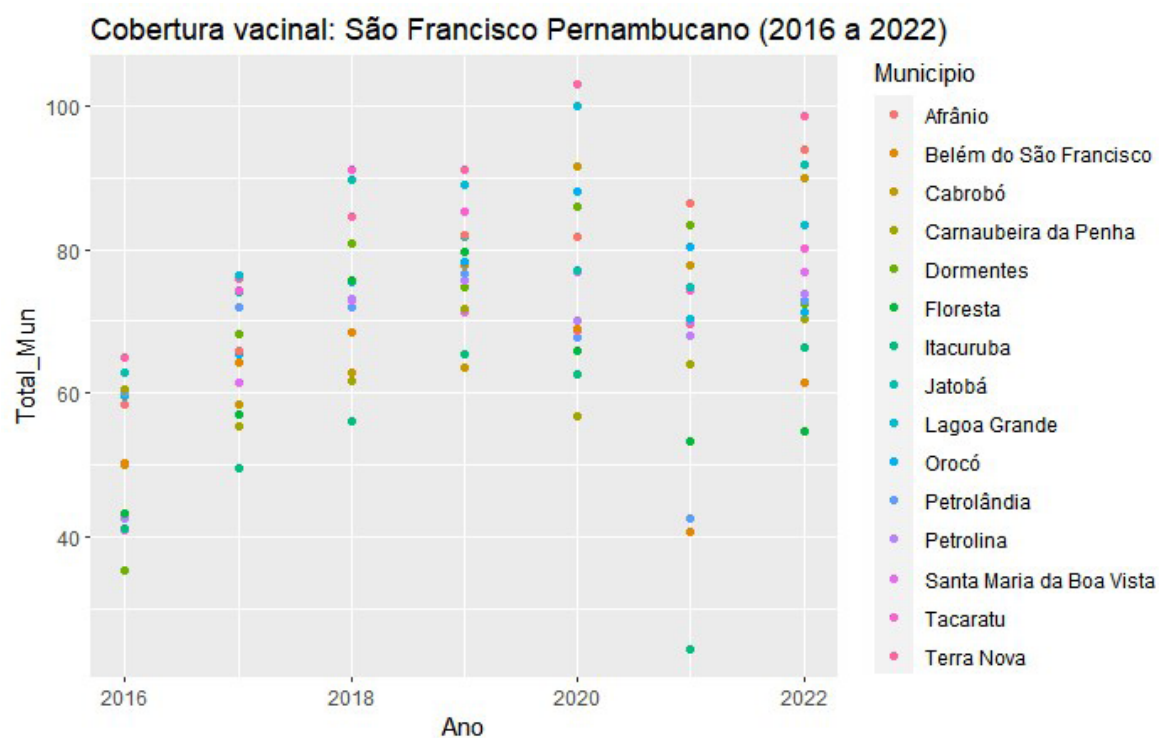
- | | | | |
|------------------------|-----------------|------------------|--------------------------|
| Agrestina | Canhotinho | Jurema | Sanharó |
| Águas Belas | Capoeiras | Lagoa do Ouro | Santa Cruz do Capibaribe |
| Alagoinha | Caruaru | Lagoa dos Gatos | Santa Maria do Cambucá |
| Altinho | Casinhas | Lajedo | São Bento do Una |
| Angelim | Correntes | Limoeiro | São Caitano |
| Barra de Guabiraba | Cumaru | Machados | São João |
| Belo Jardim | Cupira | Orobó | São Joaquim do Monte |
| Bezerros | Feira Nova | Palmeirina | São Vicente Férrer |
| Bom Conselho | Frei Miguelinho | Panelas | Surubim |
| Bom Jardim | Garanhuns | Paranatama | Tacaimbó |
| Bonito | Gravatá | Passira | Taquaritinga do Norte |
| Brejão | Iati | Pedra | Terezinha |
| Brejo da Madre de Deus | Ibirajuba | Pesqueira | Toritama |
| Bulque | Itaíba | Poção | Tupanatinga |
| Cachoeirinha | Jataúba | Riacho das Almas | Venturosa |
| Caetés | João Alfredo | Sairé | Vertente do Lério |
| Calçado | Jucati | Salgadinho | Vertentes |
| Camocim de São Félix | Jupi | Saloá | |

Cobertura vacinal: Sertão Pernambucano (2016 a 2022)



Município

- | | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------------|
| Afogados da Ingazeira | Iguaracy | Santa Filomena |
| Araipina | Inajá | Santa Terezinha |
| Arcoverde | Ingazeira | São José do Belmonte |
| Betânia | Ipubi | São José do Egito |
| Bodocó | Itapetim | Serra Talhada |
| Brejinho | Manari | Serrita |
| Calumbi | Mirandiba | Sertânia |
| Carnaíba | Moreilândia | Solidão |
| Cedro | Ouricuri | Tabira |
| Custódia | Parnamirim | Trindade |
| Exu | Quixaba | Triunfo |
| Flores | Salgueiro | Tuparetama |
| Granito | Santa Cruz | Verdejante |
| Ibimirim | Santa Cruz da Baixa Verde | |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Luísa. (2017), "Michael W. Bauer e outros, Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies and Effects", *Sociologia, Problemas e Práticas*, v.84, p.141-144.
- AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago; DA MATA, Daniel. (2020), Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic. *Available at SSR*. April 22.
- BEDFORD H, ATTWELL K, DANCHIN M, MARSHALL H, CORBEN P, LEASK J. (2018), Vaccine hesitancy, refusal and access barriers: The need for clarity in terminology. *Vaccine*. vol. 36(44), pág. 6556-6558. doi: 10.1016/j.vaccine.2017.08.004.
- BARCELOS, Márcio; RODRIGUES NETO, Damásio. Durval. (2022), O papel das narrativas em processos de política pública: o Narrative Policy Framework, in: F. G. Brasil, A. C. N. Capella (org.), *Abordagens contemporâneas para a análise de políticas públicas*, Rio de Janeiro, EdUERJ.
- BARROS, Josemir Almeida; MATIAS, Juliana Cândido. (2021), Discursos de um presidente: políticas públicas educação em tempos de pandemia. *Revista Linhas Críticas*, v. 27, p. e35310.
- BAUER, Michael W.; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HÉRITIER, Adrienne; JORDAN, Andrew. (2012), Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects. *Oxford: Oxford University Press*.
- BAUER, Michael W.; KNILL, Christoph. (2014), A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 16:1, p. 28-44.
- BOCHETT, Amanda Canterle; CALLEGARO, Erick Kader; FREITAS, Jéssica Cantele de; CABRAL, Sara Regina Scotta. (2017), Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. Estudos Linguísticos jan a jun 2017. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, n. 47, p. 128-151.
- DIAS, Luiz Carlos. Vacinação lenta preocupa. *Jornal da UNICAMP*, (2021). Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/vacinacao-lenta-preocupa>. Acesso em: 04 fev. 2023.
- DOWNS, Anthony. (2013), Uma Teoria Econômica da Democracia. Editora da Universidade de São Paulo, p. 25-70.
- FERNANDEZ M.; PINTO H. A. (2020), Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. *Saúde em Redes*; nº 6 (Supl.2): págs.7-21. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-48132020v6n2.3150g479>. Acesso em 12 jul. 2023.

GROSSMAN, G.; KIM, S.; REXER, J.M.; THIRUMURTHY, H. (2020), Political partisanship influences behavioral responses to governors' recommendations for COVID-19 prevention in the United States. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*, 117, 24144–24153.

GUGUSHVILI, Alexi, KOLTAI, Jonathan, STUCKLER, David. (2020). Votes, populism, and pandemics. *International Journal of Public Health*, v. 65, p. 721–722.

JONES, M.D.; MCBETH, M.K. (2010), A Narrative Policy Framework: Clear Enough to Be Wrong? *The Policy Studies Journal*, vol. 38, nº. 2.

LABOISSIÈRE, Paula. (2018), Saiba quais doenças voltaram a ameaçar o Brasil. Agência

Brasil, Brasília, 10 jul. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-obra>. Acesso em: 03 de fev. 2023.

MACDONALD, N. E, The SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy. Vaccine Hesitancy Definition Scope and Determinants. *Vaccine* 2015; vo. 33 (34): pág. 4161–4164. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036>.

PECI, Alketa; GONZÁLEZ, Camilo Ignacio; & DUSSAUGE-LAGUNA, Mauricio I. (2023),

Presidential policy narratives and the (mis)use of scientific expertise: Covid-19 policy responses in Brazil, Colombia, and Mexico. *Policy Studies*, 44:1, 68-89. DOI: 10.1080/01442872.2022.2044021. Acesso em 28 de julho de 2023.

ROCHA, V. (2023), Desmantelamento de políticas públicas: uma breve introdução. In: NASCIMENTO, P.; Barros, A. T. D. L. de (Org.). *Ciência Política: uma proposta educativa*. Campina Grande: EDUEPB, cap. 2.

SABATIER, Paul A. (2007), Fostering the development of policy theory. In Sabatier, Paul A. (ed). *Theories of the policy process*. 2 ed. Westview Press, [1999]. p. 321-336.

SABOURIN, Eric; CRAVIOTTI, Clara; MILHORANCE, Carolina. (2020), The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina. *International Review of Public Policy*, v. 2, n. 2: 1, p. 45-67.

SILVA, João Arthur da; BRITO, Jeovanna C. de Sousa; LIMA, Letícia Beatriz de; MACEDO, Maria C. Monteiro de; SILVA, Amanda T. Pereira da. (2021), Avaliação da cobertura vacinal no Brasil antes e durante a pandemia de covid-19. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, v. 2, n. 4, p. 27.

STIGLER, George J. (2004), A Teoria da Regulação Econômica. In: MATTOS, P., et al. *Regulação Econômica e Democracia: o debate norte-americano*. São Paulo: Editora ed.34, p. 23-48.

3 em cada 10 crianças no Brasil não receberam vacinas que salvam vidas. (2022), UNICEF Brasil, Brasília, 27 abr. Comunicado de imprensa. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/3-em-cada-10-criancas-no-brasil-nao-receberam-vacinas-que-savam-vidas>. Acesso em: 31 jan. 2023.

WILSON, Steven Lloyd; WIYSONGE Charles. (2020). Social media and vaccine hesitancy. *BMJ Global Health*, v. 5; n.10, p. 1-7.